

Renegociar, só com imposição

por Walter Clemente
de São Paulo

O Brasil deve renegociar sua dívida? Olavo Egydio Setúbal, do Banco Itaú, o terceiro empresário mais votado nas eleições promovidas pela revista Balanço Anual, não acredita que uma renegociação de dívida externa se faça espontaneamente, sem a pressão dos credores num momento de insolvência. Enquanto o País estiver gerindo seu caixa e pagando suas contas, a questão não se coloca. "A renegociação sempre existe como uma imposição", diz Setúbal.

Depois de participar da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Toronto, e visitar bancos americanos, Abílio dos Santos Diniz, do Pão de Açúcar, o quinto colocado, admite a gravidade da crise econômica mundial e a perspectiva estreita que pode levar o Brasil à renegociação da dívida ou ao FMI. Mas considera a discussão da renegociação "absurda". Como diz, "esse é um tema sobre o qual não adianta debater. A opção não é nossa, mas externa". Abílio Diniz revela-se muito à vontade porque, embora contrário à formação de blocos favoráveis e contrários à renegociação, sempre criticou as decisões erradas do governo. "Renegociar não é uma questão de política econômica, mas uma imposição."

O caminho brasileiro, em meio à falta de liquidez no mercado financeiro internacional, não pode ser diferente do que o trilhado pela atual política econômica. "Temos de torcer por uma melhora da situação e confiar em que as autoridades, a partir de informações que apenas elas conhecem, tomem as medidas acertadas."

Olavo Setúbal concorda com Abílio Diniz quanto ao absurdo de se propor uma renegociação espontânea: "Não existe exemplo na história de uma renegociação de dívida espontânea. Nenhum país optaria por uma renegociação antes de estar insolvente. Isso porque nenhum banqueiro já mais daria uma renegociação em condições mais vantajosas do que as vigentes nos contratos originais. Renegociar é uma medida atípica, de emergência".

SUPERÁVIT

Olavo Setúbal, no entanto, supõe que a dívida brasileira não poderá ser liquidada apenas com superávit da balança comercial. "Esse é o conflito que vivemos hoje", diz. A solução não existe também a nível interno e dependeria, fundamentalmente, de um reajuste do modelo econômico mundial. Setúbal faz sua análise prevendo a existência, ainda, de uma razoável insuficiência de caixa, que coloca o País em condições

mais fracas na mesa de negociações. "Não temos condições de saber qual a caixa do Brasil nos próximos sessenta ou noventa dias", diz. "Mas se o ministro Delfim Netto dizia que administrava com caixa para sete dias, hoje deve trabalhar com margem menor."

Diniz acha que a situação ainda está sob controle, considerando que os saques em DES no Fundo Monetário e as operações de venda com carta de recompra de posições em ouro (operação "swap") são razoáveis para aumentar a liquidez do País, embora não sejam fatos corriqueiros na administração econômica. "Todos os banqueiros e empresários que visitei nessa minha última viagem reconhecem que o Brasil tem a sua dívida muito bem administrada", diz. "Acham até injustiça estarmos na América Latina."

A situação atual, segundo Diniz, é totalmente diferente da de 1980, quando o País esteve à beira de uma ruptura de caixa. Naquela época, ao contrário de hoje, opina o empresário, havia dúvidas da comunidade financeira internacional sobre a competência da administração econômica do País para resolver o problema. "Recordo-me de que os banqueiros sugeriam que fôssemos ao FMI. Hoje não existe essa pressão", disse Abílio Diniz.